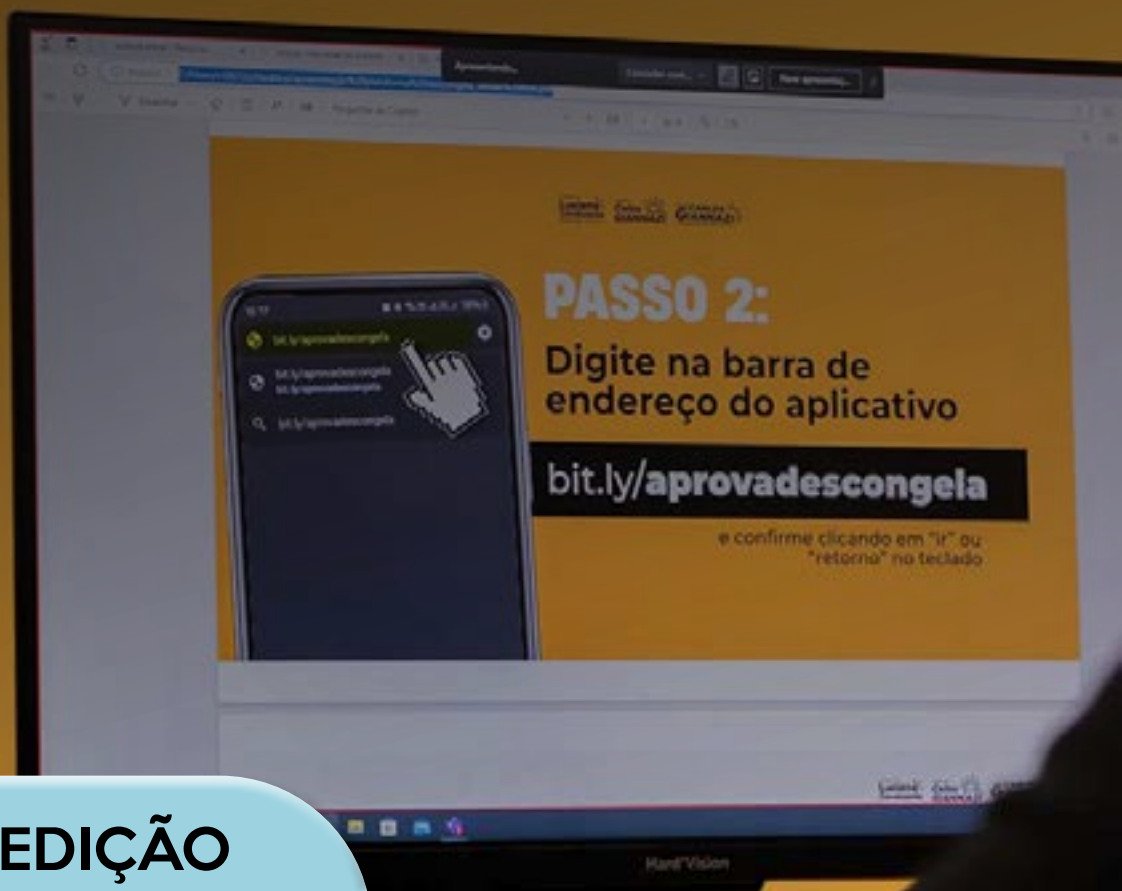
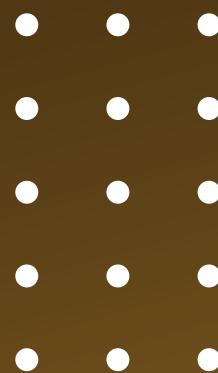




11 de junho de 2024 | nº 87

DESCONGELA JÁ: Mobilização para a Aprovação pelos Parlamentares



VEJA NESTA EDIÇÃO

- Prorrogadas Inscrições para o Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas
- Pública realiza Encontro pela PEC 06 em São Paulo
- Texto Crítico: Semana do Meio Ambiente - Reflexão sobre o Extermínio do Planeta?

AGENDA E EVENTOS IMPORTANTES

3 de junho

Reunião da Frente Paulista em Defesa do Serviço Público

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, participou da reunião da Frente Paulista. A pauta resumida incluiu:

1. Campanhas salariais;
2. Colégio de Líderes da Alesp;
3. Reunião do Mosap na Afresp sobre a PEC 06/2024, uma Proposta de Emenda à Constituição pela qual lutamos para que seja apensada à PEC 555/2006, proposta anterior que visava o fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas;
4. Manifestação em defesa da classe trabalhadora.

5 de junho

Plantão no TCM

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, esteve presente no Tribunal de Contas, onde conversou com autoridades e dialogou com servidores de diversos setores sobre as demandas da categoria. Ele também acompanhou a sessão plenária do tribunal.

6 de junho

Reunião da da Pública Nacional

O presidente do Sindilex, Daniel Santos, e os vice-presidentes, Miguel Lima e Marcos Alcyr, participaram online da reunião em que se debateu a seguinte pauta resumida:

1. III Congresso Extraordinário da PÚBLICA;

2. Encontro Regional do MOSAP e PÚBLICA-SP na AFRESP (17/06) sobre a mobilização em torno da PEC 06/2024;
3. PÚBLICA entra como amicus curiae em diversos processos no STF;
4. Curso de formação de liderança PÚBLICA/SINDILEX;

7 de junho

Reunião da Conacate

O presidente, Daniel Santos, e o vice-presidente, Miguel Lima, participaram da reunião da Conacate, que ocorreu na sede do Sindilex. Durante a reunião, foram debatidos:

1. PLP 21/2023;
2. Marco Regulatório do Setor Público e regulamentação da Convenção 151.

DATAS E EVENTOS IMPORTANTES

Projeto “DESCONGELA JÁ” é de interesse de todos os servidores

O projeto (PLP 21/2023) – Descongela Já, de autoria da Deputada Federal Luciene Cavalcante (PSOL), propõe o descongelamento do tempo de serviço paralisado pela Lei Complementar 173/20, liberando a contagem de tempo para efeito de quinquênios, sexta-partes e licença-prêmio. Além disso, o PLP 21 autoriza os entes federados a pagarem os valores retroativos de anuênios, triênios, quinquênios e sexta-parte.

No dia 27 de maio, na Câmara Municipal, foi realizada a Audiência Pública sobre a matéria, em conjunto com a Câmara Federal. Nesse momento, a Deputada Luciene apresentou uma plataforma para pressionar os deputados federais a pautarem e votarem favoravelmente no projeto.



Imagem: Reprodução



Imagem: Reprodução



Imagem: Reprodução

Basta um clique em cada deputado e enviar a mensagem para ajudar na pressão.

DESCONGELA JÁ





Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas

**INSCRIÇÕES
PRORROGADAS ATÉ 12/06/2024**

**Curso de Mestrado Gratuito Disponível
para Servidores da Câmara Municipal**

A Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Câmara Municipal de São Paulo, torna público que as inscrições para o Processo Seletivo do Curso de Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas – Turma Especial 2024 foram prorrogadas até o dia 12 de junho de 2024.

Este curso, oferecido pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP), é destinado aos servidores públicos do quadro efetivo de pessoal da Câmara Municipal de São Paulo.

Informações Adicionais:

Curso: Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas

Turma: Especial 2024

Instituição: Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP)

Parceria: Câmara Municipal de São Paulo

Duração: Máxima de 24 meses, prorrogável por mais 6 meses em casos específicos, conforme parecer da coordenação.

Reconhecimento: Renovação de Reconhecimento publicado na Portaria MEC nº 609, de 14/03/2019, do Ministério da Educação (DOU de 18/03/2019).

Para mais informações e detalhes sobre o edital do processo seletivo,

[acesse aqui](#)

Campanha de Solidariedade à População do Rio Grande do Sul

O Sindilex continua sua campanha de solidariedade à população do Rio Grande do Sul para oferecer suporte contínuo às vítimas das fortes chuvas, garantindo que recebam a ajuda necessária durante esse período difícil.



Solidariedade para a população do Rio Grande do Sul

DOAÇÕES MATERIAIS → Em qualquer Agência dos Correios de SP, PR e RS

CONTRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

 PIX – CNPJ – 23.301.422/0001-00 (CEAPE SINDICATO)
Banco: 748 – SICREDI
Ag: 0105 – *Cc: 0000000002844

*Conta exclusiva para esta ação de solidariedade

Realização



SINDICALISMO PELO BRASIL



Pública realiza Encontro pela PEC 06 em São Paulo

A Pública Central do Servidor realizará em São Paulo um Encontro sobre a PEC 06/2024, visando mobilizar os servidores em torno do tema. O Encontro será com o Mosap – Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas e acontecerá na sede da Afresp – Associação dos Fiscais de Renda do Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Luís Antônio, 4843, Jardim Paulista.

Entenda a PEC 06

A Proposta de Emenda Constitucional 06/2024 trata da desoneração gradativa da contribuição previdenciária dos servidores aposentados, na razão de 1/10 ao ano, a partir dos 66 anos, isentando totalmente a partir dos 75 anos. Além disso, a PEC inclui a isenção da contribuição previdenciária para aposentados por incapacidade permanente para o trabalho, ou pessoas com doenças incapacitantes a partir de 65 anos e para maiores de 75 anos.

Primeiramente, a nossa luta é para que a PEC 06/2024 seja apensada à PEC 555/2006, que já percorreu todas as Comissões e está pronta para ser levada à pauta do Plenário. Com o apensamento, a PEC 06 já estará em condições de pauta e poderá adiantar sua votação. A PEC 06 atualiza o debate sobre a contribuição previdenciária porque sua proposta contém menor impacto fiscal imediato, enquanto a PEC 555 propõe o fim imediato da contribuição previdenciária no momento da aposentadoria.

Segundo a Pública, a PEC 06 representa um alívio gradual nos últimos anos de vida dos servidores inativos, conferindo maior poder aquisitivo para uma fatia da sociedade que realmente gasta tudo o que ganha em bens de consumo básicos, como alimentação e medicamentos. Assim, com a aprovação desta PEC, ganham os aposentados, ganha a economia e ganha o Estado, pois o consumo gera arrecadação previdenciária no momento da aposentadoria.

ENCONTRO REGIONAL MOSAP EM PROL DA PEC 6/2024 SÃO PAULO/SP

Segunda-Feira
às 09:00

17
de junho

Sede da AFRESP

Avenida Brigadeiro Luis Antônio, Nº 4843, Jardim Paulista, São Paulo.

MOSAP 
MOVIMENTO NACIONAL DOS SERVIDORES
PÚBLICOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

TRIBUNAIS DE CONTAS PELO BRASIL



TCMSP determina que Secretaria de Saúde realize Licitação para Organizações Sociais em 30 Dias

A Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo terá o prazo de 30 dias para publicar o edital de licitação para a contratação de Organizações Sociais que gerenciem os hospitais da região de Santo Amaro e Cidade Ademar (Hospital Santo Amaro, Hospital Integrado Santo Amaro, Supervisão Técnica de Saúde Santo Amaro, Supervisão Técnica de Saúde Cidade Ademar e Coordenadoria de Assistência Hospitalar).

Para o Conselheiro Presidente, Eduardo Tuma, não há mais justificativa para manter contratos de emergência nesses casos. Realizando a licitação, o município ganha em preço e transparência, e o cidadão também se beneficia.

Essa determinação foi aprovada em sessão plenária realizada na quarta-feira (29/05). O alerta emitido pelos cinco conselheiros do Tribunal menciona que a Administração Pública não pode ignorar ou procrastinar as decisões do TCMSP, nem as do Poder Judiciário, sob pena de multa e de responsabilização do responsável pela pasta.

[Leia mais clicando aqui](#)

LEGISLATIVOS PELO BRASIL



CMSP: Pauta urbanística foi eleita prioridade para votação neste fim de semestre

As lideranças de bancada definiram, na terça-feira (04/06), uma pauta prioritária para este fim de semestre. Em reunião do Colégio de Líderes, os vereadores elegeram como prioritários os projetos da pauta urbanística da cidade.

Dessa forma, serão analisados e votados os ajustes na lei da Operação Urbana Água Espreada, a votação em segundo turno do PIU (Projeto de Intervenção Urbana) Arco Pinheiros e a segunda votação do PL que permitirá à comunidade de Paraisópolis receber recursos arrecadados pela Operação Urbana Faria Lima.

A verba oriunda da Operação Faria Lima pode ajudar a desenvolver programas de investimentos na urbanização da comunidade de Paraisópolis.

Os vereadores deverão fazer ajustes pontuais na Lei de Zoneamento, cuja revisão foi aprovada pela Câmara no final do ano passado, mas que já demanda correções de algumas lacunas e inconsistências que restaram.

Deverá ser votado em definitivo ainda neste mês o projeto de lei que altera o quadro de parques do Plano Diretor para a inclusão do Parque do Bixiga, na região central.

Todos esses projetos deverão passar por Audiência Pública no âmbito da Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, que já divulgou as datas e locais.

[Saiba mais clicando aqui](#)



ACD lança a campanha VETA LULA contra o projeto da Securitização

A Câmara dos Deputados aprovou, na calada da noite do dia 4 de junho de 2024, o PLP (Projeto de Lei Complementar) 459/2017, que trata da chamada “securitização de créditos públicos”, mediante a qual grande parte das receitas estatais (da União, estados, municípios e DF) não chegará aos cofres públicos, pois será desviada durante o seu percurso pela rede bancária, para o pagamento de dívida ilegal gerada por esse esquema.

O PLP 459/2017 tem sido defendido sob a falsa justificativa de que iria ajudar a União, estados, municípios e Distrito Federal. Porém, na verdade, o que tem acontecido é o desvio de bilhões de reais dos cofres públicos, pagos por nós contribuintes, causando o aumento da dívida pública, sem gerar nenhum tipo de contrapartida em investimentos sociais.

Por isso, a Auditoria lançou a campanha VETA LULA, para que o presidente Lula vete essa escandalosa legalização de um esquema fraudulento.



TEXTOS CRÍTICOS



Imagem meramente ilustrativa: reprodução

© Diego Vara/REUTERS

Semana do Meio Ambiente serviu para reflexão sobre o extermínio do planeta?

Por Sônia Alves

Na semana passada, que é retratada no conteúdo deste boletim, comemorou-se a Semana do Meio Ambiente. A pergunta que fica é: há clima para comemoração quando ainda assistimos às consequências da tragédia no Rio Grande do Sul?

Não sei vocês, mas a grande mídia realmente fez a ligação das enchentes resultantes do acúmulo de chuvas com as mudanças climáticas originadas no afrouxamento das leis de preservação florestal, permitindo o desmatamento para a plantação de monocultura de soja ou para a criação extensiva de gado? Que eu me lembre, esse debate foi deixado para "depois" sob o argumento de que não poderíamos apontar os responsáveis no momento da tragédia;

"não era hora para isso". Mas se não questionarmos as responsabilidades agora, quando faremos? Quando a notícia for tão velha que some da mídia e do alcance das pessoas? Naturalizaremos também essa catástrofe?

O governo anterior foi recordista em desmatamento. Segundo informações da BBC News, em 2021, a Amazônia registrou seu maior índice de desmatamento em 15 anos. Ainda de acordo com a BBC, os dados mostram que desmatamento, incêndios e emissões de gás carbônico aumentaram durante o governo Bolsonaro (<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-63614414>).

Acompanhando essa política de destruição para favorecer o agronegócio ou os grandes empreendimentos que estrangulam as margens dos rios, o governo do Rio Grande do Sul fez grandes acordos na Assembleia gaúcha para conseguir a flexibilização das leis ambientais e assim permitir a passagem da boiada.

As consequências são desoladoras: a população mais pobre paga a conta, pois sofre com o frio, o desabrigo, a sede e a falta do lar e de seus objetos pessoais. Carlos Nobre, em sua brilhante palestra transmitida pela Escola de Gestão e Contas, deixou nítida a fatura que estamos pagando pelo desmatamento ganancioso da Amazônia, do Cerrado e das terras regionais.

Vale a pena assistir: <https://www.youtube.com/live/x8LfDxtAZS0>

Nota: os textos assinados não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

TEXTOS CRÍTICOS

is no momento da tragédia;



Imagem meramente ilustrativa: Fernando Frazão/Agência Brasil

Quem são os reais destinatários dos projetos da Escola Cívico-Militar?

Por Sônia Alves

A Assembleia Legislativa de São Paulo aprovou, na tarde de terça-feira (21/05), o projeto do Executivo que dispõe sobre a criação do Programa Escola Cívico-Militar. Com 54 votos favoráveis e 21 contrários, a matéria foi sancionada pelo governador na segunda-feira (27/05).

Tal proposta, além de afrontar legislações nacionais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE), fere os princípios do ensino, pois introduz uma prática que a extrema direita sempre acusou a esquerda de fazer: a lavagem cerebral.

Sob o comando de militares reformados, as escolas irão propagar uma visão distorcida da educação, baseada em conceitos ultrapassados de disciplina e na concepção de um mundo binário, formado por “cidadãos de bem” versus comunistas. Essa visão imprime o conceito de que o inimigo a ser combatido é interno. Assim, em vez de defender a nação contra eventuais inimigos externos, coloca-se as Forças Armadas contra o próprio povo.

Quando se defende o método Paulo Freire de educação, pauta-se por uma educação libertadora e formadora de consciência crítica, em contraposição ao que se pretende implantar, ou seja, um ensino deformador de opinião.

Para além do ensino deformado, o projeto visa garantir o repasse de recursos da educação para aumentar os valores milionários já repassados a uma associação por inúmeras prefeituras que já implantaram esse projeto. Os valores são dirigidos à Abemil - Associação Brasileira de Educação Cívico-Militar, do suplente de deputado federal do PL do Distrito Federal, Capitão Davi Lima Souza, que atua no lobby pela militarização de escolas.

Segundo revela o jornal Metrôpoles, pelo menos 10 municípios firmaram contratos sem licitação com a Abemil. Somados, os repasses chegam a R\$ 11 milhões.

Conclui-se, portanto, que essa recente lei da escola cívico-militar já contém, desde o início, os nomes e RGs dos destinatários financeiros e ideológicos da proposta, sem contar o cabide de empregos em que se tornarão as escolas.

Nota: os textos assinados não refletem necessariamente a opinião da Diretoria do Sindilex.

AÇÕES JUDICIAIS

Acompanhe as matérias com ações judiciais em andamento e outras possíveis de se ingressar

Atenção servidor, fique atento ao seu saldo do PASEP



Ação PASEP

Programa de formação do Patrimônio do Servidor Público

Histórico

No início de outubro, o Superior Tribunal de Justiça, ao analisar o Tema 1.150, estabeleceu diretrizes que atribuem ao Banco do Brasil a responsabilidade por retiradas não autorizadas ou por má administração de fundos das contas PASEP.

Portanto, aqueles que se tornaram servidores públicos antes da implementação da Constituição Federal de 1988 podem ter o direito de receber uma restituição significativa se houver descoberto irregularidades nos extratos de suas contas PASEP.

Finalidade da Ação

O objetivo da ação é buscar indenização por prejuízos decorrentes de retiradas indevidas em conta individual vinculada ao PASEP.

Honorários

1) Análise do extrato e verificação da existência de saldo a ser cobrado na ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2) Se houver saldo:

2.1) Ajuizamento da ação:

- R\$ 500,00 para filiado Sindilex
- R\$ 600,00 para não filiado Sindilex

2.2) 20% do valor a ser recebido.

Procedimento

1) Solicitar extrato da conta PASEP junto ao Banco do Brasil:

[Clique a aqui para o formulário do Requerimento de Extrato do PASEP](#)

2) Encaminhar extrato para o Sindilex:

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

3) Documentação adicional

- Procuração e contrato assinados
- Documento de identidade (RG) e CPF
- Comprovante de endereço
- Extrato da conta PASEP

Decisão Judicial Favorável na Ação de Migração do Sampaprev



É com satisfação que informamos o trânsito em julgado da ação nº 1003290-46.2020.8.26.0053, promovida pelo Sindilex, relativa à migração para o Regime de Previdência Complementar (RPC). A ação visa ajustar as contribuições e garantir os direitos previdenciários dos nossos sindicalizados.

PRINCIPAIS PONTOS

Execução de Sentença: Os advogados do Sindilex já iniciaram as ações legais para que o IPREM apresente os cálculos das diferenças de contribuições desde dezembro de 2018, facilitando o recebimento de valores atrasados via precatórios para aqueles que já migraram.

Assessoria Financeira: O Sindilex disponibilizará consultoria para os cálculos previdenciários, auxiliando na decisão de migração.

Servidores que já migraram: Enviar os holerites de dezembro/2018 até o mês de sua migração.

Servidores que ainda não migraram: Enviar os holerites de dezembro/2018 a abril de 2024, incluindo os de folha suplementar.

Para obter mais informações detalhadas sobre a decisão e os próximos passos, entre em contato com o Sindilex.

Email: sindilex@sindilex.org.br

Whatsapp: (11) 96607-9578

Painel de Ações Judiciais em andamento

O Sindilex impetrou várias ações coletivas e individuais, visando defender os interesses dos servidores da categoria.

[Para mais detalhes, veja o resumo e acompanhe o status atualizado das ações clicando aqui](#)



Este foi o boletim Sindilex com as últimas atualizações e informações relevantes. Para manter-se sempre informado e participativo, não deixe de nos acompanhar. Além disso, estamos abrindo um canal especial para perguntas e sugestões, reforçando nosso compromisso com a transparência e a participação de todos. Compartilhe suas ideias e contribua para um Sindilex ainda mais representativo. Aguardamos o seu contato!

Ousar lutar, ousar vencer.

Visite nosso site www.sindilex.org.br e saiba mais